



CONCESSIONÁRIA ECOVIAS RAPOSO-CASTELO S.A

(em organização)

Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações realizada em 16 de dezembro de 2024

**DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 16 de dezembro de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Rodovia dos Imigrantes, Km 28,5, sala 04, CEP 09845-000. **CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação conforme o disposto no Artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), em razão de estar presente o fundador e subscritor representando a totalidade do capital social da Companhia, a saber: **ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Rodovia dos Imigrantes, Km 28,5, 1º e 2º andares, Bairro Alvarenga, CEP 09845-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.873.873/0001-10, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.300.366.166, neste ato representada por seus diretores, os Srs. Hugo Rafael Mitz, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.652.884-7 (Detran/RJ), inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 027.578.089-90, e Eduardo Augusto Alckmin Jacob, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.145.975 – (SSP-SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 287.300.558-06, ambos com escritório na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Rodovia dos Imigrantes, Km 28,5, 1º e 2º andares, Bairro Alvarenga, CEP 09845-000. **MESA:** Presidente: Marcello Guidotti. Secretário: Igor Freitas Barros. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) a constituição da Companhia; (ii) subscrição e forma de integralização de seu capital social; (iii) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia; (v) a indicação do jornal para as publicações da Companhia; (vi) a elaboração da ata em forma de sumário; e (vii) a aprovação do Estatuto Social da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias da ordem do dia, o fundador e subscritor representando a totalidade do capital social da Companhia deliberou o quanto se segue: (i) Aprovar a constituição da **CONCESSIONÁRIA ECOVIAS RAPOSO-CASTELO S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Rodovia dos Imigrantes, Km 28,5, sala 04, CEP 09845-000 ("Companhia"). (ii) Fixar o capital social da Companhia em R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, nesta data, conforme Boletim de Subscrição que integra a presente Ata como seu Anexo II. (iii) Eleger as pessoas abaixo qualificadas para compor o Conselho de Administração da Companhia, todas com mandato de 2 (dois) anos contados a partir da presente data, sendo possível a reeleição: (a) **MARCELLO GUIDOTTI**, italiano, casado em regime de comunhão parcial de bens, economista, portador do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE/Delegacia da Polícia Federal) nº V369292-I, permanente e válido até 16 de fevereiro de 2026, inscrito no CPF/MF sob o nº 837.310.750-91, com escritório na Rua Gomes de Carvalho, 1.510, conjuntos 31/32, Vila Olímpia, CEP 04547-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para exercer o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; (b) **ROBERTO BORGES PAIVA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 04.692.291-0 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 825.864.707-53, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, com escritório na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, conjuntos 31/32, Vila Olímpia, CEP 04547-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para exercer o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; (c) **RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.799.096-6 SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 289.381.938-06, com escritório na Cidade de São Paulo, na Rodovia dos Imigrantes, Jardim Represas, para exercer o cargo de Diretor Superintendente; Neste ato, os membros da Diretoria tomarão posse dos cargos para os quais foram eleitos, em até 30 dias contados da data da deliberação, mediante assinatura do termo de posse arquivado na sede da Companhia e declaram para todos os fins, não estarem impedidos de exercer a administração de sociedades, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (iv) Eleger as pessoas abaixo qualificadas para compor a Diretoria da Companhia, ambas com mandato de 2 (dois) anos contados a partir da presente data, sendo possível a reeleição: (d) **RUI JUAREZ KLEIN**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 106.416.777-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 938.683.830-34, com escritório na Rua Gomes de Carvalho, 1.510, conjuntos 31/32, Vila Olímpia, CEP 04547-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para exercer o cargo de Diretor Presidente da Companhia; e (e) **IGOR FREITAS BARROS**, brasileiro, casado, engenheiro de controle e automação, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.324.152, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física ("CPF/MF") sob o nº 076.904.896-0, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, com escritório na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na localizada no Km 28,5, sala 8, da Rodovia dos Imigrantes, Jardim Represas, para exercer o cargo de Diretor Superintendente; Neste ato, os membros da Diretoria tomarão posse dos cargos para os quais foram eleitos, em até 30 dias contados da data da deliberação, mediante assinatura do termo de posse arquivado na sede da Companhia e declaram para todos os fins, não estarem impedidos de exercer a administração de sociedades, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. Fica desde já consignado que os diretores eleitos não serão remunerados pela Companhia, uma vez que o exercício dessa função já se compreende nas atribuições do cargo que exercem em outras empresas do mesmo grupo econômico da Companhia. (f) Aprovar a indicação do jornal "Diário de Notícias" para as publicações da Companhia. (vi) Aprovar, nos termos do § 1º art. 130 da Lei nº 6.404/76, a lavratura da presente ata sob a forma sumária. (vii) Aprovar, sem qualquer ressalva, o Estatuto Social da Companhia, que passa a fazer parte integrante da presente ata na forma do Anexo I. **ENCERRAMENTO:** Não havendo oposição do subscritor e cumpridas as formalidades legais, o Presidente da Assembleia declarou constituída a Companhia, e, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Assembleia Geral de Constituição, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. São Bernardo do Campo, 16 de dezembro de 2024. **Mesa:** Rui Juarez Klein - Presidente, Igor Freitas Barros - Secretário. **Acionista:** ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. Por: Hugo Rafael Mitz / Eduardo Augusto Alckmin Jacob - Diretores. **Diretores:** Rui Juarez Klein - Diretor Presidente, Igor Freitas Barros - Diretor Superintendente. **Advogado Responsável:** Anne Mascarenhas Grion OAB/RJ nº 157.369. JUCESP/NIRE 3530065459-5 em 03/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

**ESTATUTO SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA ECOVIAS RAPOSO - CASTELO S.A. - CAPÍTULO I - Denominação, Objeto, Sede e Foro:** **Art. 1º.** A companhia denominar-se-á **Concessionária Ecovias Raposo-Castelo S.A.** ("Companhia"), constituída sob a forma de uma sociedade por ações, sendo regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pelas disposições legais aplicáveis, especialmente a Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme aditada ("Lei 6.404"), e demais determinações das autoridades competentes, com sede e foro na com sede e foro na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Rodovia dos Imigrantes, Km 28,5 sala 04, CEP 09845-000. **Art. 2º.** A Companhia tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob regime de concessão, a prestação dos serviços públicos de ampliação, operação, conservação, manutenção e realização de investimentos necessários para exploração do sistema rodoviário denominado Lote Noroeste, da Concorrência Internacional nº 02/2022, composto, inicialmente, pelos trechos da (i) SP-310 - Rodovia Washington Luís - entre São Carlos e Mirassol (do km 227+800 ao km 454+300); (ii) SP-326 - Rodovia Brigadeiro Faria Lima - entre Matão e Bebedouro (do km 293+000 ao km 379+266); e (iii) SP-333 - Rodovias Carlos Tonanni; Nêmesio Tadetti; Laurentino Mascari; Dr. Mario Gentil - entre Sertãozinho e Borborema (do km 83+020 ao km 212+450) todos, em conjunto, o "Sistema Rodoviário", conduzidos pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP ("ARTESP") ("Concessão"), bem como exploração, inclusive por meio de suas subsidiárias, de atividades que gerem receitas acessórias, alternativas, complementares ou de projetos associados. **Parágrafo Único.** Fica expressamente vedada a prática, pela Companhia, de quaisquer atos estranhos ao objeto aqui descrito. **Art. 3º.** A Companhia possui prazo indeterminado, tendo como prazo mínimo de duração o período de tempo necessário para a extinção da Concessão e da totalidade das obrigações decorrentes do contrato de concessão objeto da Concorrência Internacional nº 02/2022 ("Contrato de Concessão"). **CAPÍTULO II - Capital Social e Ações:** **Art. 4º.** O capital social subscrito é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro.** O capital social integralizado é nesta data de R\$1.000,00 (mil reais). **Parágrafo Segundo.** A Companhia poderá emitir debêntures, observada as normas legais e regulamentares vigentes. **Parágrafo Terceiro.** A Companhia não poderá, durante o seu prazo de vigência, reduzir o seu capital social, a nenhum título, sem a prévia e expressa autorização da ARTESP. **Art. 5º.** O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações tomadas em Assembleia Geral da Companhia. **Art. 6º.** Nos termos do art. 168 da Lei 6.404, fica expresso e autorizado que o capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, em até R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições de emissão, inclusive preço, prazo e as condições de integralização. **Parágrafo Único.** A emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, para colocação privada, dentro do capital autorizado, poderá se dar sem que seja concedido direito de preferência aos acionistas na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício, conforme definição do Conselho de Administração. **CAPÍTULO III - Governança da Companhia- Seção A- Assembleia Geral:** **Art. 7º.** A Assembleia Geral será instalada, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, para tratar dos assuntos objeto de sua convocação, observadas as determinações legais e estatutárias. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou por acionistas da Companhia, desde que preenchidos os requisitos do art. 123, parágrafo único, da Lei 6.404. **Parágrafo Segundo.** A Assembleia Geral será convocada em primeira convocação com, no mínimo, 21 (vinte e um) dias de antecedência e, em segunda convocação, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, por meio de edital de convocação publicado nos termos da Lei 6.404 e deverá indicar a data, horário e local em que a Assembleia Geral será realizada, bem como as matérias da ordem do dia e indicação de forma de acesso a todos e quaisquer documentos que devam ser analisados ou aprovados na Assembleia Geral a ser realizada ou que sirvam de fundamento para as deliberações a serem tomadas, sem prejuízo das demais formalidades previstas na Lei 6.404. **Parágrafo Terceiro.** A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número. **Parágrafo Quarto.** Independentemente das formalidades legais e dos requisitos previstos neste Artigo 7º, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas da Companhia. **Parágrafo Quinto.** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e, em sua ausência, por membro do Conselho de Administração eleito pela maioria dos presentes na Assembleia Geral. O secretário será escolhido por quem estiver presidindo a Assembleia Geral. **Parágrafo Sexto.** Os acionistas poderão votar as matérias submetidas às assembleias: (a) pessoalmente; (b) por procurador, na forma do art. 126, §1º, da Lei 6.404; (c) por telefone; (d) por videoconferência; (e) por correio; (f) por e-mail; (g) por boletim de voto a distância; ou (h) por qualquer outro meio legal por que se possa expressar validamente suas opiniões, desde que, nas hipóteses das alíneas (c) a (h), acima, uma cópia da ata da assembleia seja assinada individualmente pelos acionistas e enviada por e-mail no mesmo dia da assembleia e o respectivo original seja posteriormente assinado por todos os acionistas que comparecerem à referida assembleia, inclusive eletronicamente. **Parágrafo Sétimo.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que poderá ser lavrada eletronicamente e a forma de sumário dos fatos ocorridos. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autênticas, para os fins legais. **Parágrafo Oitavo.** A Assembleia Geral deverá ser realizada na sede da Companhia, a menos que de outra forma indicado no edital de convocação, observado o disposto no art. 124, parágrafo 2º, da Lei 6.404. **Art. 8º.** Compete à Assembleia Geral, além das matérias a ela reservadas pela legislação vigente, as seguintes matérias, respeitando, no entanto, eventual necessidade de aprovação prévia da ARTESP quando aplicável: (I) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (II) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração da Companhia; (III) aprovar a criação de qualquer nova classe ou espécie de ações da Companhia, ou qualquer alteração nos direitos e vantagens das ações de emissão da Companhia; (IV) aprovar o desdobramento de ações, agrupamento ou reagrupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria; (V) aprovar qualquer alteração neste Estatuto Social, mediante prévia aprovação da ARTESP, ou, na hipótese de alterações de natureza eminentemente formal e/ou procedimental, mediante comunicação posterior à ARTESP; (VI) aprovar, mediante prévia anuência da ARTESP, dissolução ou liquidação da Companhia, bem como incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer forma de reestruturação societária que implique transferência de controle; (VII) indicar os membros do Conselho Fiscal da Companhia (quando instalado) e destituir seus respectivos membros; (VIII) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia; (IX) aprovar os critérios gerais de remuneração, políticas de benefícios e fixação de parâmetros anuais para o pagamento da remuneração variável referente aos cargos de administração e aos funcionários da Companhia; (X) aprovar a distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, ou qualquer outra forma de remuneração dos acionistas da Companhia, acima do dividendo mínimo obrigatório previsto em lei ou no Estatuto Social; (XI) aprovar (i) a destinação do lucro do exercício e distribuição do resultado e (ii) utilização de reserva de lucros, se quaisquer destes visar outros fins que não (a) distribuição de dividendos, (b) constituição de reservas ou (c) realização pagamento de juros sobre capital próprio; (XII) aprovar o uso reserva de capital, exceto de forma estabelecida no Plano de Negócios e/ou no Orçamento Anual; (XIII) autorizar os administradores a declarar falência ou requerer recuperação judicial; (XIV) aprovar aumentos e reduções de capital, nesta segunda hipótese, somente de acordo com art. 4º, parágrafo terceiro deste Estatuto Social; (XV) aprovar recompra, amortização, resgate ou cancelamento de ações de emissão da Companhia; e (XVI) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social. **Parágrafo Único.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por acionistas representando a maioria do capital votante presente à Assembleia Geral, não se computando os votos em branco. **Art. 9º.** Para participar e deliberar nas Assembleias Gerais, o acionista se identificará e apresentará à Companhia comprovantes de sua condição de acionista, nos termos do respectivo edital de convocação. **Parágrafo Primeiro.** A Companhia adotará, na fiscalização da regularidade documental da representação do acionista, o princípio da boa-fé, presumindo-se verdadeiras as declarações que prestar. Com exceção da não apresentação da procuração, se for o caso, nenhuma irregularidade formal, como a apresentação de documentos por cópia, ou a falta de autenticação de cópias, será motivo para impedimento do voto do acionista cuja regularidade da documentação for colocada em dúvida. **Parágrafo Segundo.** Na hipótese do item anterior, os votos do acionista impugnado serão computados normalmente, cabendo à Companhia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis posteriores à Assembleia Geral, notificar o acionista impugnado de que, por meio de elementos definitivos de prova posteriormente obtidos, demonstrou-se que: (i) o acionista impugnado não estava corretamente representado na Assembleia Geral; ou (ii) o acionista impugnado não era titular, na data da Assembleia Geral, da quantidade de ações declarada. Nestas hipóteses, independentemente de realização de nova Assembleia Geral, a Companhia desconsiderará os votos do acionista impugnado, que responderá por perdas e danos que o seu ato tiver causado. **Seção B - Administração - Subseção 1 - Disposições Gerais:** **Art. 10º.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. **Parágrafo Primeiro.** Fica dispensada qualquer garantia de gestão como condição para a investidura dos administradores da Companhia. **Parágrafo Segundo.** No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração e da Diretoria, tal membro poderá, caso julgue necessário, nomear por escrito (por meio de carta ou correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente) outro membro do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme aplicável, para representá-lo, que, nesse caso, deverá votar nas respectivas reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria, em seu próprio nome e em nome do membro por ele representado. **Art. 11º.** A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual dos administradores e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição de tal verba entre os administradores, observado o disposto neste Estatuto Social. **Subseção 2 - Conselho de Administração:** **Art. 12º.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos,

podendo haver suplentes inominados, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral de Acionistas para um mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. O Presidente do Conselho será escolhido entre e pelos membros efetivos do Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro.** Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Registro de Assembleia Geral, dentro do prazo legal previsto no artigo 149, §1º da Lei 6.404. **Parágrafo Segundo.** Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral. **Parágrafo Terceiro.** Nas ausências ou impedimentos eventuais do Presidente do Conselho de Administração, suas funções serão exercidas pelo conselheiro que ele designar. Na falta do Presidente e do conselheiro por ele designado, os conselheiros presentes escolherão um deles para dirigir os trabalhos da reunião. **Parágrafo Quarto.** No caso de vacância de qualquer dos cargos de conselheiros e dos respectivos suplentes, se houver, a Assembleia Geral procederá ao preenchimento do(s) cargo(s) vago(s). **Parágrafo Quinto.** A ordem e chamamento dos conselheiros suplentes, se houver, será definido pelo Conselho de Administração, quando aplicável. **Art. 13º.** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada 3 (três) meses, e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, preferencialmente com antecedência de 7 (sete) dias da data da reunião. **Parágrafo Primeiro.** As reuniões do Conselho de Administração deverão ser realizadas na sede social da Companhia ou em outro local que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo.** As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por meio de video conferência, conferência telefônica, deliberação eletrônica ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade de seu voto. Nessa circunstância, o membro será considerado presente à reunião e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. **Parágrafo Terceiro:** As decisões do Conselho de Administração deverão ser tomadas pelos votos da maioria dos membros presentes. O Presidente do Conselho de Administração não terá voto de minerva. **Art. 14º.** Competirá ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios da Companhia, devendo obrigatoriamente pronunciar-se sobre as matérias presentes neste artigo, respeitando, no entanto, a necessidade de aprovação prévia da ARTESP, quando aplicável: (I) eleger ou destituir os membros da Diretoria e deliberar sobre a distribuição de honorários entre os Diretores; (II) aprovar: (a) o Plano de Negócios e o Orçamento Anual, consistente no detalhamento das premissas e/ou investimentos previstos para o desenvolvimento das operações da Companhia; (b) atos ou contratos que impliquem obrigação para a Companhia e não estejam previstos no Orçamento Anual ou no Plano de Negócios, conforme o caso; (c) atos ou contratos que importem alienação ou oneração de bens imóveis ou bens do ativo permanente, incluindo ações, quotas ou participações em outras sociedades; (d) relatórios de acompanhamento do Plano de Negócios da Companhia; (e) política de pessoal, inclusive de remuneração e participação nos resultados, bem como o plano de previdência privada, assegurando a sua conformidade com as definições corporativas adotadas pela controladora; (f) o Regimento Interno, assegurando a sua conformidade com o Estatuto Social da Companhia; (g) pedidos de reequilíbrio contratual, proposição de ações judiciais contra o poder concedente da concessão titularizada pela Companhia relacionado ao respectivo Contrato de Concessão; (h) endividamento, investimentos e despesas de capital não previstos ou superiores aos previstos no Plano de Negócios; (i) a assinatura, alteração ou rescisão de contratos de concessão rodoviária, de que seja parte a Companhia; (j) a instituição financeira depositária das ações e demais valores mobiliários escriturais de emissão da Companhia; e (e) o Código de Ética da Companhia; (III) desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral, deliberar sobre as emissões de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários, observadas as normas legais e regulamentares vigentes; (IV) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar, a qualquer tempo, os livros, documentos e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados e/ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros fatos, aspectos e atos administrativos que julgar de interesse da Companhia; (V) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia; (VI) acompanhar o efetivo desempenho da Companhia, conforme demonstrado nas informações financeiras periódicas e comparação de tal desempenho com o Plano de Negócios; (VII) propor à Assembleia Geral distribuição de dividendos aos acionistas; (VIII) aprovar as contas dos administradores e demonstrações financeiras da Companhia antes de sua submissão à Assembleia Geral Ordinária; (IX) elaborar propostas em relação a matérias que exijam a aprovação dos acionistas (por exemplo, emissões de capital, reorganizações societárias ou alterações de atos constitutivos); (X) discutir todos os assuntos que estejam fora do âmbito de competência da Diretoria, desde que tais assuntos não sejam de competência exclusiva de outros órgãos de governança corporativa da Companhia, nos termos da Lei 6.404 e/ou deste Estatuto Social; (XI) implementar as deliberações tomadas em Assembleia Geral, se tais deliberações estiverem dentro das atribuições do Conselho de Administração; (XII) aprovar a modificação das práticas tributárias da Companhia ou a adesão a qualquer programa de financiamento de débitos tributários pela Companhia; (XIII) aprovar a abertura e fechamento de novas filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação da Companhia, bem como a relocação de filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação já existentes, exceto se previsto no Plano de Negócios; (XIV) resolver impasses em matérias de competência da Diretoria; (XV) promover alterações nas políticas e práticas contábeis de divulgação de informações da Companhia, exceto quando exigido por lei ou pelos princípios contábeis aplicáveis; e (XVI) aprovar, conforme aplicável, a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e a sua adequação às condições e práticas de mercado (arms' length). **Subseção 3 - Diretoria:** **Art. 15º.** A Diretoria é responsável pela administração dos negócios sociais em geral, do dia a dia, e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, de acordo com a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro.** A Diretoria será composta por 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Superintendente e 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, sendo permitida a cumulação de cargos. **Parágrafo Segundo.** Os diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração com um mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Terceiro.** Compete ao: (I) Diretor Presidente: (a) exercer a direção geral dos negócios da Companhia; (b) manter coordenação constante da Companhia, bem como entre a Companhia e o Conselho de Administração e, por meio deste, com a Assembleia Geral; (c) assegurar a existência do planejamento empresarial e seu acompanhamento sistemático, dirigindo e controlando as metas e orçamentos dos programas anuais e plurianuais da Companhia; (d) decidir sobre as questões jurídicas, judiciais ou extrajudiciais com a manifestação prévia do Conselho de Administração ou Assembleia Geral de Acionistas nas questões que envolvam matéria correlata à competência deles; (e) disponibilizar, com apoio dos serviços corporativos, as contas e os relatórios periódicos da Companhia; (f) promover a obtenção de financiamentos e empréstimos junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, submetendo as operações à aprovação prévia da Assembleia Geral de Acionistas, por meio do Conselho de Administração; (g) adequar a organização da Companhia às suas finalidades; (h) formular estratégias que assegurem o cumprimento dos objetivos da Companhia, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral de Acionistas; (i) representar a Companhia, na forma deste Estatuto Social, na celebração, distrato, denúncia, ou rescisão de convênios e contratos, em conjunto com o Diretor Superintendente, observadas as disposições deste Estatuto Social; (j) imediatamente após o seu recebimento, entregar a cada membro do Conselho de Administração cópia de todo o relatório ou correspondência submetidos à Diretoria pelos auditores da Companhia; e (k) dirigir e orientar os serviços de biblioteca, documentação e arquivos de sua área. (II) Diretor Superintendente: em alinhamento com o Diretor Presidente, a gestão executiva da Companhia e sua representação institucional e a garantia dos resultados pactuados com os acionistas, compreendendo: (a) coordenar, orientar e controlar todas as ações necessárias para o fiel e tempestivo cumprimento de suas obrigações; (b) dirigir e controlar as inspeções das operações de subsidiárias da Companhia; (c) administrar e gerenciar os orçamentos e custos operacionais da Companhia; (d) supervisionar o funcionamento da ouvidoria, assegurando sua independência; (e) orientar os serviços administrativo-financeiros prestados pela estrutura corporativa; (f) representar a Companhia, na forma deste Estatuto Social, na celebração, distrato, denúncia, ou rescisão de convênios e contratos, em conjunto com o Diretor Presidente, observadas as disposições deste Estatuto Social; (g) supervisionar os serviços jurídicos locais; e (h) dirigir e orientar os serviços de biblioteca, documentação e arquivos de sua área. (III) Diretor de Relação com Investidores: (a) a divulgação de informações, para o mercado e entidades reguladoras; (b) a elaboração, revisão, atualização e divulgação dos principais instrumentos de comunicação com o mercado, apresentações a investidores, analistas e mídia financeira; (c) o relacionamento com o mercado, definição de prioridades, organização e participação de eventos no mercado de capitais, planejamento da atuação da Companhia nas conferências e eventos promovidos por bancos e outras instituições do mercado de capitais; (d) a análise das opiniões dos analistas e investidores sobre o desempenho das ações, estratégias e resultados da Companhia, realização de estudos comparativos de resultados e desempenho de ações com pares mercadológicos, acompanhamento e compilação dos principais relatórios de analistas sobre a empresa e seu mercado, incluindo as recomendações e disseminando os principais pontos internamente na Diretoria e Conselho de Administração; (e) a captação e organização das informações relevantes para o mercado, manutenção da administração atualizada sobre o desempenho da empresa e de seu mercado; (f) a manutenção dos respectivos registros da Companhia junto às entidade reguladoras; e (g) a manutenção das políticas de divulgação de fatos relevantes e de negociação de valores mobiliários permanentemente atualizadas. **Parágrafo Quarto.** Os membros da Diretoria serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria. **Parágrafo Quinto.** Em caso de falta ou impedimento, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor que ele designar. Os demais Diretores serão substituídos pelo Diretor designado pelo Diretor Presidente. **Parágrafo Sexto.** Em caso de vacância de cargo de Diretor, será convocado o Conselho de Administração para eleição do substituto, que completará o mandato do substituído. **Parágrafo Sétimo.** O mandato de diretor prorroga-se até a investidura do seu substituto ou do eleito para o mandato subsequente. **Parágrafo Oitavo.** As deliberações nas reuniões da Diretoria deverão respeitar as regras deste Estatuto Social e do Regimento Interno da Companhia. As atas das reuniões da Diretoria ficarão arquivadas na sede da Companhia, à disposição dos membros do Conselho de Administração. **Parágrafo Nono.** Na hipótese de constatação do descumprimento de qualquer disposição deste Estatuto Social por quaisquer dos diretores, ficam os demais diretores obrigados a dar ciência ao Conselho de Administração do referido descumprimento, imediatamente quando da sua ciência. **Art. 16º.** A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, será sempre exercida por 2 (dois) diretores em conjunto, ou por 1 (um) diretor e 1 (um) procurador especificamente designado para tanto, ou, ainda, por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, exceto conforme previsto no Art. 17 abaixo. **Parágrafo Primeiro.** É vedado expressamente aos diretores e procuradores comprometerem a Companhia em operações estranhas ao negócio ou ao objeto social. **Parágrafo Segundo.** Os instrumentos de mandato serão sempre firmados por 2 (dois) diretores da Companhia e não poderão ter prazo de vigência superior a 1 (um) ano, vedado o subestabelecimento, exceção feita àqueles (i) com finalidade "*ad judicia*", os quais poderão ser de prazo indeterminado e permitindo o subestabelecimento; ou (ii) outorgados no âmbito de contratos de financiamento ou de constituição de garantias a esses financiamentos, os quais poderão ter o prazo de vigência a ser estabelecido nesses contratos. **Art. 17º.** A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes especiais, isoladamente, nos seguintes atos ou negócios: (I) representação perante a Administração Pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, no tratamento de assuntos rotineiros; (II) assinatura de simples notificações, cartas ou avisos para pessoas físicas ou jurídicas, (III) cobrança de créditos da Companhia; (IV) endosso de títulos e instrumentos ou depósito para crédito em favor da Companhia; e (v) representação da Companhia em juízo ou em processo administrativo. **Subseção 4 - Conselho Fiscal:** **Art. 18º.** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, que funcionarão somente nos exercícios em que for instalado, a pedido dos acionistas, na forma da lei, eleitos pela Assembleia Geral, que lhes fixará a remuneração. **Art. 19º.** Os membros do Conselho Fiscal serão pessoas físicas, residentes no País, que atendam aos requisitos e não estejam impedidos nos termos da Lei 6.404, e terão a competência nela disciplinada. **Art. 20º.** Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da Lei 6.404, sempre que necessário e analisará, a menos trimestralmente, as demonstrações financeiras. **Parágrafo Primeiro.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas pela maioria de votos dos seus membros. **Parágrafo Segundo.** Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro e Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos conselheiros presentes. **CAPÍTULO IV - Exercício Social, Balanço e Resultados:** **Art. 21º.** O exercício social da Companhia encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, oportunidade em que será levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais. **Art. 22º.** Após as deduções legais, o lucro líquido do exercício terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral, a partir de proposta apresentada pela administração, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. **Art. 23º.** A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, levantar mensal, trimestral ou semestralmente demonstrações contábeis intercálres, podendo declarar, por deliberação dos órgãos de administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, observado o disposto no artigo 204 da Lei 6.404. **Art. 24º.** O lucro líquido verificado, observada a legislação aplicável, terá a seguinte destinação: (I) 5% (cinco por cento) será alocado para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (II) 25% (vinte e cinco por cento) será distribuído como dividendo obrigatório, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404; e (III) o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral, nos termos do Artigo 22 acima. **Art. 25º.** A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, pagar dividendos e juros sobre o capital, nos limites da lei, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório referido no artigo anterior. **Art. 26º.** A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável. **Art. 27º.** Reverterão em favor da Companhia os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da publicação da ata da Assembleia Geral que os declarou. **CAPÍTULO V - Dissolução:** **Art. 28º.** A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período. **Parágrafo Primeiro.** A dissolução da Companhia somente poderá ocorrer após o cumprimento das condições de devolução estabelecidas no contrato de concessão. **Parágrafo Segundo.** Deverá ser mantida a subscrição mínima do capital social até a dissolução da SPE, salvo em caso de anuência anterior da Artesp. **CAPÍTULO VI - Juízo Arbitral:** **Art. 29º.** A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, eletivos e suplentes (se houver) obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, todos os litígios, disputas ou controvérsias oriundas do Estatuto Social ou com ele relacionados, que serão definitivamente resolvidos de acordo com o regulamento de Arbitragem da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo - CIESP/FIESP ("Regulamento"), por um ou mais árbitros nomeados nos termos desse Regulamento. **Parágrafo Único.** O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo - CIESP/FIESP, conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes e aplicáveis pela mesma. **CAPÍTULO VII - Disposições Gerais:** **Art. 30º.** A Companhia observará integralmente os termos do Edital e do Contrato de Concessão. Havendo alguma contradição entre os termos do Edital, do Contrato de Concessão ou qualquer de seus anexos, com os termos deste Estatuto Social, prevalecerão os termos do Edital, do Contrato de Concessão ou qualquer de seus anexos sobre os termos deste Estatuto Social. **Art. 31º.** Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos nos termos das atribuições do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, atendo-se à Lei 6.404 e outras legislações pertinentes, se aplicável. São Bernardo do Campo, 16 de dezembro de 2024. **Mesa:** Rui Juarez Klein - Presidente, Igor Freitas Barros - Secretário. **Acionista:** ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. Por: Hugo Rafael Mitz / Eduardo Augusto Alckmin Jacob - Diretores. **Diretores:** Rui Juarez Klein - Diretor Presidente, Igor Freitas Barros - Diretor Superintendente. **Advogado Responsável:** Anne Mascarenhas Grion OAB/RJ nº 157.369.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>